

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Apreciação das atas das sessões anteriores.

- Ata da 8ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 9ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência dispensa a leitura das atas e indaga de algum Deputado deseja retificá-las. (Pausa.)

Como não houve manifestação contrária ou pedido de retificação e como já são de conhecimento de todos, esta Presidência dá por lidas e aprovadas, sem observações, as referidas atas.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não há *quorum* regimental para o início do Pequeno Expediente e dos Comunicados de Líderes.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	2

A Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos ou até que se complete o *quorum* regimental.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h09min, a sessão é reaberta às 15h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, Líder do PDT.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Na minha ação aqui na Casa, não costumo abordar muito a temática relativa ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo Federal, considerando que a nossa labuta aqui se dá mais com as causas distritais, mas hoje vou ter de entrar nesse assunto, em virtude de uma sequência de falas e ações do Ministro da Educação do Governo Federal.

O Ministro da Educação, Sr. Presidente – vou até ler em espanhol –, o Sr. Ricardo Vélez Rodríguez, orientou, por meio de um texto oficial, que os responsáveis pelas escolas executem o hino e filmem as crianças, para encaminhar ao setor de comunicação do ministério.

Ele pede ainda que seja lido um texto onde, entre outros, se enfatize o bordão de campanha do atual governo: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos."

O ministro, que é nascido na Colômbia e que se naturalizou, foi abraçado pelo povo brasileiro no processo de naturalização, mas ele se mostrou um ingrato ao, recentemente, dizer publicamente que o povo brasileiro é canibal e ladrão.

Ora, senhoras e senhores, certamente o ministro tenta transferir a nós brasileiros a sua fragilidade de caráter. Essa é que é a verdade! Com esses dizeres inoportunos, inconsequentes e inconvenientes, o senhor Ricardo Vélez se mostra desqualificado para o cargo de ministro de Estado, mais grave ainda sendo o Ministério da Educação.

E, com a medida de ontem, mostra-se desconhecedor de regras básicas do regime jurídico brasileiro. Como sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, nesta Casa, dou-me ao direito de ressaltar algumas questões: primeiro, alunos não podem ser filmados e não podem ter suas imagens divulgadas sem autorização dos pais, como reza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso é básico, falta assessoria jurídica ao ministro. Segundo, o uso do *slogan* de campanha do atual Presidente em

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	3

documento oficial do MEC fere o princípio básico da administração pública da impessoalidade, e fere a laicidade do Estado. Lembro a todos que a escola é pública, não é do governo x, não é do governo y. Ela é do público e não deve carregar a imagem de governos.

Todos nós somos favoráveis a que nossos alunos cantem o Hino Nacional. Isso é bonito, isso é interessante, mas também defendemos que, além de cantar, os alunos aprendam a interpretá-lo, comparando o ufanismo da letra às contradições da realidade social econômica e até política brasileira. Não basta cantar o hino, tem que compreendê-lo, tem que entendê-lo.

Então, em contraponto às orientações do ministro, eu aconselho os professores, gestores, pais e alunos que filmem o contracheque dos profissionais de educação com seus salários precários e divulguem para a sociedade. Filmem as precárias condições físicas das escolas por todo o país. Filmem a falta de merenda, que ainda é desviada por alguns políticos, como ocorreu em São Paulo. Filmem a falta de material básico de trabalho, que obriga os profissionais de educação a fazerem vaquinhas até para pintar a escola e receber os estudantes com o mínimo de dignidade, como aconteceu em escolas do Recanto das Emas e de Santa Maria, cujos professores tiveram que juntar dinheiro, e eles mesmos pintaram as escolas para receber os alunos no início deste ano letivo com o mínimo de dignidade, fato inclusive noticiado pela imprensa. Que todos filmem a falta de segurança no perímetro das escolas.

O batalhão escolar, que já contou com mais de mil homens, hoje não tem nem 120 homens, e os que lá estão foram transferidos da rua para lá por problemas de algum tipo de enfermidade. Vejam como estamos. Que filmem a falta de livros didáticos. Senhoras e senhores, o ano letivo começou e boa parte dos alunos, inclusive da Capital Federal ainda não recebeu o livro didático. Filmem também os profissionais de educação que trabalham em casa, à noite e no final de semana, fazendo plano de aula, corrigindo provas, preparando atividades para os alunos. Filmem todas essas dificuldades encontradas por professores e profissionais de educação do Distrito Federal.

O Ministro da Educação se utiliza dessas medidas ridículas para encobrir que não tem capacidade, não tem competência, não tem política educacional e não tem propostas para resolver os graves problemas da educação pública do País. São cortinas de fumaça para encobrir a incompetência corriqueira.

E esses problemas, senhoras e senhores, não serão resolvidos sem investimentos. O pior, senhores, é que não haverá investimento porque, nos próximos vinte anos, os investimentos na área de educação estão congelados pela famigerada PEC – Proposta de Emenda à Constituição nº 241 ou PEC nº 55. Ou seja, o cenário educacional, que já não é bom, fica sem perspectiva de melhorar com ações de um ministro que é fraco, incompetente e inoportuno em suas declarações.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	4

Fica aqui o nosso registro e o nosso repúdio. E não adianta, depois de fazer o malfeito, o ministro vir pedir desculpas, como é corriqueiro na política dos últimos dias. Fala-se o que não se quer, fala-se o que é impensado, depois se pedem desculpas como se isso fosse solução para uma medida descabida e impensada adotada.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix pela Liderança da Minoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também queria tocar em assuntos relativos à educação. Eu acho que há muitos temas que nós precisamos debater nesse tempo difícil. Um deles, sobre o qual quero discorrer depois, com mais cuidado, é a reforma da Previdência que foi proposta agora, porque é um tema nacional, mas tem impacto direto na vida de todos os servidores públicos do Brasil e do Distrito Federal.

Uma das mudanças, inclusive, que a reforma da Previdência do Governo Bolsonaro vai fazer é desconstitucionalizar as mudanças previdenciárias, ou seja, várias modificações previdenciárias vão ser automatizadas para os estados a partir da PEC proposta pelo Governo Bolsonaro. Isso é muito grave. Outras mudanças poderão ser feitas com mais facilidade no âmbito federal, via lei complementar, e também no âmbito distrital, o que é um problema. Hoje, mexer na Previdência dos Estados e do Distrito Federal ainda é um problema.

Nós temos vivido crises de todos os lados na gestão pública, e uma delas, de que o Deputado Prof. Reginaldo Veras já tratou, é a carta enviada pelo Ministro da Educação às escolas brasileiras.

A gente poderia achar que era uma *fake news* – não é, Deputado Prof. Reginaldo Veras? – como vários professores e dirigentes de faculdades e escolas acharam. A gente poderia achar que não era verdadeira aquela carta, porque era uma carta criminosa e vergonhosa.

Era uma carta que pedia para as escolas utilizarem o *slogan* que o governo usava na época da campanha. O *slogan* de campanha de Jair Bolsonaro deveria ser utilizado pelos professores e educadores nas escolas, durante um período coletivo, e aquilo deveria ser filmado e enviado ao Ministério da Educação.

Vocês já viram o tamanho do absurdo – como diz a Deputada Federal Erika Kokay, o absurdo perdeu a modéstia – de um Ministro da Educação que não discute melhoria para o ensino superior, que não debate a melhoria da educação brasileira? Cadê o pacote de propostas para melhorar a educação básica? Cadê uma proposta de reforma consistente e de melhoria do financiamento da educação brasileira? Não, não é isso que o Ministro da Educação fez.

Sabem o que ele, com uma assessoria jurídica muito precária, fez? Deve ser muito precária a assessoria jurídica do MEC, Deputado Chico Vigilante. A despetização

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	5

que o Onyx Lorenzoni fez no MEC, com certeza, tirou muita gente de qualidade que trabalhava na assessoria jurídica, pois o Ministro da Educação faz uma sugestão para os educadores e estudantes cantarem o hino e gritarem o *slogan* da campanha do Presidente da República. Isso não só é vergonhoso, como é absolutamente ilegal.

Eu acho isso um absurdo, como o Deputado Prof. Reginaldo Veras já apontou, porque reforça uma lógica de aparelhamento da educação. E é estranho falar isso, porque o atual Presidente da República e sua equipe ocupavam as tribunas da Câmara dos Deputados para defender um projeto. Sabem qual é o projeto? Escola sem Partido. Sabem qual é a proposta da Ministro de Educação? Uma escola absolutamente partidarizada e que reforça o *slogan* do Presidente da República.

Olhem o tamanho da contradição. Eles querem uma escola com partido, e com o partido deles! Eles querem uma escola com a ideologia e a concepção deles faladas todos os dias. Não querem uma escola-democracia, uma escola da pluralidade e da diversidade. Esse é um problema grave na fala do ministro.

Todos os problemas já apontados aqui anteriormente são graves e são graves porque o que o Ministro da Educação fez não foi um equívoco, não foi um erro. Tudo que o Governo Bolsonaro faz, a gente acha que é um grande erro, é um grande equívoco. Não. É parte dessa política equivocada, porque nós temos alguns setores dentro desse governo: os setores militares do Governo Bolsonaro; os de Chicago, da economia, que pensam a economia do País como neoliberal, que retira os direitos dos trabalhadores; e nós temos o que alguns têm chamado de “A Praça é Nossa”. Este é o setor liderado pelo Presidente da República. Parecem um bando de humoristas fazendo política, Deputada Arlete Sampaio, lá no Palácio do Planalto e ocupando a Esplanada dos Ministérios.

Então, o setor “A Praça é Nossa” do governo, com todo o respeito ao programa *A Praça é Nossa*, fez mais uma presepada, e essa presepada é ideologizar a educação de forma vergonhosa e ilegal. Isso precisa ser dito. Eu acho que tem que ser dito em todas as tribunas do País. Como o Deputado Prof. Reginaldo Veras falou, é uma matéria nacional que tem desdobramento em todas as escolas do País. Para quem dizia escola sem partido, o que querem é uma escola de um partido só.

Outro elemento que eu achei curioso agora, no Distrito Federal, sobre educação – não sei se nossos educadores, o Professor Deputado Leandro Grass, Deputado Prof. Reginaldo Veras viram – foi a proposta da escola da Polícia Civil.

Eu ouvi a declaração, não sei se quem está aqui também ouviu – dos policiais civis que defenderam a escola. Eles defenderam a escola porque eles disseram: “Assim como os policiais militares, nós temos o direito de ter escolas administradas por nós para os nossos filhos.” E eles acabaram abrindo uma chave de uma discussão que a gente fez no último período nesta Casa, a de que as escolas estavam sendo militarizadas sem discussão pedagógica, sem debate democrático e para servir muito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26	02	2019	15h	10ª Sessão Ordinária	6

mais a um segmento da população do que para atender as regiões especificamente que elas deveriam atender.

Agora eu estou preocupado, porque agora a gente vai ter a policialização das escolas, que é a Polícia Civil querendo escolas da Polícia Civil. Ninguém falou em projeto pedagógico. Ninguém falou qual é o interesse público dessas escolas. Ninguém falou quais são as intenções educacionais com as escolas que estão apontando.

Vamos acompanhar os próximos capítulos. Qual será a próxima escola e qual o modelo escolar sem estudo e sem evidências que serão propostos e o Governador vai dizer que vai aplicar. Isso é um absurdo. Nós temos que defender uma educação que funcione, que melhore, que dê boas condições de estudo e de conhecimento para a população, para a juventude do Distrito Federal. Temos que defender uma escola diversa, plural, democrática onde estejam presentes todos os debates, Deputado Delmaso, inclusive os debates que alguns têm muita contrariedade em discutir. Que esses debates também estejam no âmbito escolar para gerarem uma escola livre e democrática. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA (PSC. Sem revisão do orador.) – Eu quero, neste momento, cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados e o Presidente Deputado Delmaso, nosso Presidente em exercício. É com pesar que anuncio o falecimento do estimado ex-Deputado Distrital conhecido como Deputado Zé Ramalho. Zé Ramalho, brasileiro, nasceu em 23 de outubro de 1953, em Igaracy, Paraíba. Mudou-se para Brasília antes de completar 10 anos de idade, fixando residência em Brazlândia, seu principal reduto eleitoral. Foi o primeiro carteiro de Brazlândia. Foi também funcionário do hospital regional local e servidor de carreira. Foi gerente da agência do BRB – Banco Regional de Brasília nesta cidade.

Zé Ramalho foi eleito deputado pelo PDT, para seu primeiro mandato, com 5.944 votos. Sua atuação parlamentar foi pautada pela defesa dos mais carentes, dos moradores de Brazlândia, dos jovens, dos maçons e dos bancários. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal foi Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em 1995 e Vice-Presidente em 1996. Foi Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 1997 e foi líder do PDT em 1997 e 1998.

Em Brazlândia, contribuiu muito pelo desenvolvimento econômico e social da cidade, principalmente em meio rural. Durante seu período como gerente do BRB... Estou protocolando, nesta data, moção de pesar, esperando vê-la aprovada pelos nobres pares. Meu muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	7

Eu gostaria de sugerir aqui aos nobres colegas um minuto de silêncio em reverência a este nobre companheiro de partido e nobre companheiro de bancada na Câmara Legislativa. Solicito que todos os Deputados e funcionários se posicionem de pé e observem um minuto de silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a questão de ordem do Deputado Iolando para que, antes do pronunciamento do Deputado Leandro Grass, façamos um minuto de silêncio.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra, no Comunicado de Líderes, ao Deputado Leandro Grass, pela Liderança da Rede.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; boa tarde, servidores e servidoras da nossa Casa, convidados, imprensa, todos aqui que se fazem presentes.

Eu vou fazer coro à análise e ao posicionamento dos nobres Deputados Prof. Reginaldo Veras e Fábio Felix no que diz respeito a essa coisa inacreditável que nós estamos vivendo no Brasil, especialmente com o Ministério da Educação.

Como Professor, eu não poderia me furtar hoje de fazer a minha avaliação disso tudo. E embora, de fato, não estejamos na esfera federal como parlamentares, essa onda de desvirtuamento do debate público na educação, infelizmente, também tem chegado ao Distrito Federal.

Já foi apontado aqui o que significa essa carta, esse convite – digamos assim –, esse pedido, de ato voluntário, do nosso Ministro Ricardo Vélez. Claro que ninguém aqui discorda da importância de se cantar o Hino Nacional na escola. Eu cantei várias vezes. Era muito legal a gente cantar o Hino Nacional, hastear a bandeira, era sempre um momento de encontro da escola, pois se reuniam todos os alunos. Mas filmar os alunos é crime de responsabilidade. E promover o *slogan* do Governo, que, na verdade, não é o *slogan* do Governo, é o *slogan* da campanha de Jair Bolsonaro significa também, além de um crime, uma forma de exercer doutrinação política, coisa que vários segmentos vêm combatendo, inclusive apresentando um projeto chamado Escola Sem Partido.

O que me preocupa nessa situação toda, mais do que essa arbitrariedade do Ministro, do Ministério em si, porque ele responde pela instituição, é o que isso provoca no debate público da educação. E sabe o que isso provoca? Desperdício de tempo. Mais uma vez, a gente perde tempo falando de uma bobagem dessa. Mas por que a gente tem que falar da bobagem, já que é perder tempo? Porque, se a gente não mostrar que isso é uma bobagem, muitas pessoas vão continuar alimentando esse tipo de debate. E, aí, a gente acaba não trazendo para o centro da discussão os grandes temas da educação brasileira que precisam ser debatidos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	8

Esse Governo, até agora, só demonstrou ineficiência, porque não apresentou nenhum projeto, nenhum programa, nenhuma iniciativa para enfrentar os grandes desafios da educação pública no Brasil: o desafio do analfabetismo, e do analfabetismo funcional, o desafio da quantidade imensa de jovens fora da escola e, também, sem trabalho, o desafio do déficit de formação de professores, de infraestrutura nas escolas.

Este ano vence o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O que o Governo devia estar fazendo é se preocupar em como já renovar o Fundeb, como ampliá-lo, pensar novas perspectivas de aperfeiçoamento. É isso o que o Governo devia estar fazendo, e não mandar essas cartas ridículas, absolutamente sem sentido para as escolas.

“Ah, mas é voluntário!” Sim, é voluntário. Mas um diretor de escola, um coordenador que recebe um documento desse, ele fica constrangido, ele já fica intimidado. Então, parece-me que essa cortina de fumaça está aumentando. Colocam-se aqui, em evidência, as aparências, os comportamentos, um moralismo barato em torno da educação, e eu quero saber mesmo é dos grandes temas da educação.

Como é que a gente vai fazer para qualificar a formação dos professores, especialmente a formação continuada? Que tipo de programa, que tipo de legislações e iniciativas a gente vai produzir aqui para fomentar essa formação? O orçamento público da educação é suficiente? “Ah, no Brasil se gasta muito com a educação, mas se gasta mal!” Será que se gasta muito, mesmo? Vamos comparar o gasto em educação. Vamos comparar a forma, também, desse gasto. Será que a gente está prestigiando o que realmente é necessário, o que é importante, a educação básica, cuidando das séries iniciais? Está mais do que provado que o investimento na primeira infância é o investimento que dá certo, é o investimento que gera economia para o Estado inclusive.

Vamos debater a infraestrutura. Aqui no Distrito Federal são mais de duzentas escolas sem a infraestrutura adequada, escola com teto caindo, escola pegando fogo, com curto-circuito, escola onde os banheiros estão depredados, quebrados, em que a descarga do vaso não funciona. Ao longo desses cinquenta dias de mandato, já visitamos mais de vinte escolas e é só tristeza, infelizmente, do ponto de vista da estrutura, mas é muita alegria ver tantos professores engajados, comprometidos e dispostos a melhorar a educação pública.

Vamos falar de inovação, novas práticas, novos métodos? Vamos reconhecer esses bons professores que estão conseguindo elevar a aprendizagem nas suas escolas? Vamos fazer isso? Ou vamos ficar aqui falando que o professor não pode ensinar isso, não pode ensinar aquilo...? Um professor, na sala de aula, mostra que os brancos e os negros não podem ser tratados de forma desigual, e uma família que é racista em casa ensina isso para o filho – vão punir o professor porque ele ensinou igualdade?

Vamos falar de metodologia de ensino, vamos quebrar essa lógica do século XIX que só está trazendo fracasso para a aprendizagem, essa coisa do aluno

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	9

enclausurado que fica cinco, seis horas sentado na cadeira sem nenhum tipo de escolha na escola. A gente fala muito de educação para a democracia, mas a escola é democrática? Que tipo de escola a gente quer? São essas discussões que temos que fazer. São essas as grandes questões da educação no Brasil e no Distrito Federal.

Então, espero muito, Sr. Presidente, que, ao longo desta legislatura, nós não desvirtuemos o debate educacional, que nós não criemos mais cortinas de fumaça. Os professores, os educadores, os estudantes e as famílias estão cansados de blá-blá-blá sobre educação. Vamos debater o que importa. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, espero que todos estejam bem, não estejam gripados como eu.

Eu tenho uma boa notícia para comunicar a vocês. Nós vivenciamos uma tragédia em Minas Gerais, todos sabemos, agora, em Brumadinho, que inclusive foi apontada pelo Deputado Fábio Felix como um exemplo de inoperância do Estado. Nessa semana, o Governador Romeu Zema, do Partido Novo, conseguiu aprovar, junto à Assembleia Estadual de Minas Gerais, a Lei nº 3.676, de 2016, que determina regras mais rígidas de segurança para a mineração em Minas Gerais. Essa foi uma lei construída com muito diálogo, trabalho e respeito, e determina que, dentro de um prazo de três anos, todas as mineradoras desativem as barragens a montante em Minas Gerais, sejam as que estão em uso, sejam aquelas que não estão em uso.

É importante destacar que uma tragédia como essa já havia acontecido em Mariana no ano de 2015 e, até hoje, a cidade não se viu recuperada porque o governo passado não fez o que deveria ter feito. Nós que assumimos o governo em Minas Gerais pegamos esses problemas, mas, a despeito disso, estamos trabalhando e dando uma resposta rápida e eficaz para a população de Minas Gerais, aprovando essa nova lei junto com várias Secretarias e Deputados Estaduais.

Então, parablenzo esse esforço conjunto no Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que um governo que realmente atua onde tem que atuar, que fiscaliza e que tira o peso sobre o cidadão pagador de imposto é um governo que consegue dar as respostas mais rápidas à população. É isso que nós todos esperamos, é isso que o Partido Novo faz na prática. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	10

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também trago uma boa notícia para esta Casa e para o Brasil no dia de hoje. Acaba de sair uma pesquisa a respeito do desempenho do Presidente capiroto, e ele hoje só tem 38% de apoio da população. Só 38% da população dizem que ele está fazendo um bom governo; o restante dos brasileiros e das brasileiras estão discordando.

Eu acho que estão discordando com razão, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Na verdade, o capiroto juntou um bando de capiroteiros, pega esse – com todo respeito que tenho pelos imigrantes – colombiano que não entende nada de Brasil nem de brasileiro e o coloca para ser Ministro da Educação. Em uma das primeiras entrevistas dele, com a qual fiquei indignado e protestei aqui desta tribuna, ele disse que o brasileiro é um canibal, que o brasileiro, quando viaja, rouba tudo, que o brasileiro rouba até o salva-vidas dos aviões. Segundo ele, brasileiro rouba os lençóis dos hotéis, as toalhas de banho dos hotéis. Portanto, o elemento vem lá da Colômbia e é nomeado ministro para esculachar com a gente. Em qualquer país minimamente sério, ele teria sido demitido no outro dia. Mas certamente ele foi apoiado nas sandices dele e, agora, para agradar o chefe, manda aquela maldita carta aos professores.

O problema não é cantar o Hino Nacional, que todo mundo canta ou deveria cantar. O problema não é esse. O problema é desrespeitar a Constituição – parece-me, o art. 19 –, quando ele está fazendo autopromoção do Presidente capiroto, ainda mais com o *slogan* que eles colocam lá – que nem vou repetir aqui.

Portanto, um governo desse tem que ser esculachado mesmo, não pode ter apoio.

O outro assunto, Deputada Arlete Sampaio, é essa molecagem que eles estão fazendo com a Venezuela. Eu já estive em Pacaraima, cidade em que a maioria da população é maranhense, uma população ordeira. Eu já estive em Santa Elena do Uairén, na Venezuela.

Aí nós temos aqui, em volta do Plano Piloto no Distrito Federal, milhares de famílias com dificuldades. Vamos pegar mesmo Boa Vista, os bairros criados pelo Ottomar de Sousa Pinto. Os nomes dos bairros são: Pintelândia I, Pintelândia II, Pintelândia III, Pintelândia IV e Pintelândia V. O que há de gente passando fome ali!

Aí os caras pegam duas caminhonetes, com cinco cestas básicas cada uma delas, fazem um deslocamento, ocupando o Exército, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional, para fazerem uma provocação à Venezuela, dizendo que estavam levando mantimentos para lá. Aquilo ali não dá para alimentar um bairro, uma rua de pessoas pobres de Pacaraima!

Aí os venezuelanos fizeram muito bem em rechaçar a invasão que eles queriam fazer e em mostrar para o Presidente Donald Trump que ele não manda no mundo, que o petróleo da Venezuela é dos venezuelanos e não dele. Expulsaram!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	11

Ainda bem que os militares brasileiros têm juízo. Em vez de embarcarem nas sandices do capiroto, o coronel que está comandando a tropa em Pacaraima foi lá conversar com a tropa venezuelana. Eu vi ele dizendo na televisão: “Não. Nós somos amigos. As Forças Armadas do Brasil e da Venezuela são amigas. A gente não vai trocar tiros entre a gente.” Aí o Brasil passa por mais um vexame, mais uma vergonha para esta Nação, que a cada momento passa por um vexame maior.

Aí aparece o Ministro do Meio Ambiente, lá das Minas Gerais, plantador de laranja. Deputada Arlete Sampaio, o cara nunca plantou uma semente de laranja, não tem um pé de laranja, mas tem um laranjal. Semeou o laranjal, desviando recurso público do fundo partidário. Logo, um governo desse é uma vergonha para a Nação brasileira e, por isso, está sendo repudiado pelo povo. E não adianta querer passar essa maldita reforma previdenciária, porque não vai passar.

Vi hoje que o Governo do Distrito Federal criou uma comissão para discutir a reforma previdenciária de Brasília. É bom alguém avisar para o Governador Ibaneis que a reforma previdenciária de Brasília já foi feita, que o instituto de previdência do Distrito Federal já foi criado, que os novos integrantes do serviço público de Brasília não são remunerados pelo Tesouro de Brasília, são pelo instituto, que precisa ser preservado.

Logo, vou estar discutindo com muita seriedade essa reforma e não vou aceitar que os trabalhadores venham pagar a conta. Quer tirar de alguém, tire dos milionários, dos investidores, daqueles que não pagam dividendos neste País! É ali que está e é ali onde tem que se buscar dinheiro, e não de assalariado.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco Justiça Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, colegas aqui da Câmara Legislativa, colegas da comunicação, colegas do sindicato, auxiliares e técnicos em Enfermagem, eu estou novamente aqui. Não vou me cansar enquanto não conseguir a nossa pauta.

Pela terceira semana consecutiva, acredito que seja a última semana... Se Deus quiser e os colegas aqui permitirem, nós vamos conseguir derrubar o veto – não é, Deputado Delmasso? – ao Projeto de Lei nº 2.110, de 2018, que prevê a inclusão dos profissionais do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e das UPAs – Unidades de Pronto Atendimento nas folgas compensatórias.

Nós tivemos uma reunião muito produtiva ontem. Inclusive, agradeço ao Presidente da Casa, Deputado Rafael Prudente, e aos demais líderes dos blocos por nós termos conseguido chegar a um entendimento. Enfim, Deputada Arlete Sampaio, nós vamos conseguir votar esse projeto. Isso mostra a sabedoria e mostra a união dos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26	02	2019	15h	10ª Sessão Ordinária	12

Deputados com relação aos projetos que são importantes para os trabalhadores. Então, agradeço a vocês.

Quero aqui fazer uma ponderação com relação às carreiras dos 35 mil servidores da Secretaria de Saúde, que todos os dias me ligam, me mandam mensagem, me abordam, cobrando, Doutora Arlete Sampaio, a posição do governo com relação aos prometidos reajustes, que não são reajustes para algumas categorias, principalmente a da Carreira Assistência Pública à Saúde, que é só uma readequação de uma incorporação de uma GATA – Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa.

A categoria no geral está muito preocupada, porque está se falando em reajuste – obviamente todos nós somos a favor e já falamos aqui nesta tribuna – com relação à Secretaria de Segurança Pública. Sabemos da importância dos reajustes dos trabalhadores dessa área, mas nossos trabalhadores estão aguardando ansiosamente um pronunciamento do Governador com relação aos pagamentos prometidos, inclusive este ano ainda.

Então, eu peço atenção especial aos servidores da Secretaria de Saúde, para que o governo, através dos seus representantes aqui da Casa, ou até mesmo o próprio Governador, faça um calendário de pagamento, já que ele prometeu e eu acredito muito que irá fazer, irá honrar esse compromisso. Faça um calendário, para os nossos colegas ficarem mais tranquilos. Uma das piores coisas para o trabalhador é essa insegurança, é esse silêncio. Isso faz com que pensemos em várias coisas, inclusive o não comprometimento no pagamento dos reajustes. Então, eu peço ao governo que faça um calendário e tranquilize os trabalhadores da saúde, dizendo quando vai pagar os reajustes.

É isso por enquanto, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Jorge Vianna.

Pelo acordo feito ontem no Colégio de Líderes, já está incluído na pauta o veto que V.Exa. pediu. A indicação feita no Colégio de Líderes é pela derrubada. Tão logo venhamos atingir *quorum* para as deliberações, e logo após os Comunicados de Parlamentares, estaremos dando início às votações. Eu gostaria de colocar esse item como o primeiro da pauta, Deputado Jorge Vianna, para que seja derrubado o veto e a gente possa dar uma resposta a todos os servidores e também a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, Deputado Delmasso, na verdade eu tenho outro pronunciamento a fazer, mas vou ocupar este horário da Liderança para trazer uma resposta aos Parlamentares acerca de um debate que nós estamos tendo sobre a questão das emendas ao Orçamento, Deputado Fábio Felix, principalmente dos novos Deputados. Deputado Delmasso, V.Exa. também trabalhou nesse tema ontem no Colégio de Líderes.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	13

Então, nós já fizemos um acordo com a Secretaria de Fazenda. Vai ser aberto o crédito normalmente e cada Parlamentar novato, vamos dizer assim, eleito agora, calouro – como eu posso dizer que essa figura tão querida pode ser caloura? Ela nos ensina tanto, como é a Deputada Arlete Sampaio. Os Deputados eleitos em 2018 terão em emendas ao Orçamento para este ano – iremos providenciar o crédito – 11 milhões de reais. Isso, orçamentários.

Os Deputados que saíram do mandato, ficou acordado que terão 8 milhões de reais. No caso, será reduzido o valor orçamentário a esses Deputados. A questão da execução vai ser acertada à medida que houver projeto e alguma definição, inclusive critérios de valores específicos.

O governo, ouvindo o que os Deputados novos pediram, vai disponibilizar esses valores em emendas. E o Secretário, Deputado Bispo Renato Andrade, vai providenciar junto à Casa Civil o envio de um crédito para que os Deputados possam colocar as suas emendas nesses valores. Eu queria aproveitar e deixar isso muito claro, com muita transparência, porque foi tema de debate nos últimos dias. O governo vai fazer esse gesto em respeito àqueles que foram eleitos e também em respeito àqueles que deixaram a Câmara Legislativa, pois vai manter as emendas no valor de 8 milhões, reconhecendo que quem está aqui no exercício, Deputado Fábio Felix, realmente tem esse contato, essa necessidade de apresentar projetos de maneira mais rápida.

Quero aproveitar este horário da Liderança para trazer esse informe a todos os Deputados da negociação que foi feita com a Fazenda. Nos próximos dias será encaminhado o instrumento adequado, para os novos Deputados fazerem suas emendas. Para ir adiantando do ponto de vista da execução, isso será acertado durante a apresentação dos projetos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Cláudio Abrantes, parabeno V.Exa. pela articulação, e parabeno também o Governador Ibaneis. Para mim, esse é um grande gesto do atual governo, que valoriza esta Casa. Fui deputado no meu primeiro mandato no Governo Rollemberg, e no meu primeiro ano de mandato eu tive 1,5 milhão de reais para indicação das minhas emendas. Agora o Governador Ibaneis faz esse gesto e encaminha 11 milhões de reais para os deputados indicarem como emendas.

Também anuncio aqui, já fazendo um comunicado da Presidência, que a Novacap encaminhou a todos os gabinetes uma sugestão de emendas. São propostas de programas que V.Exas. poderão indicar no orçamento.

Então, somente para explicar o processo desse crédito, Deputado Fábio Felix, o crédito será lido na Câmara e vai para a CEOF. Será aberto um prazo para todos os deputados, todos os gabinetes fazerem suas emendas. O relator da CEOF acatará essas emendas dentro do limite estabelecido, e sendo acatadas pela CEOF, o projeto vem a plenário para ser votado em primeiro e segundo turnos.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	02	2019	15h	10ª Sessão Ordinária	14

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, nós tivemos na Constituição de 1988 um momento extremamente rico. A mobilização popular no Brasil culminou em diversos avanços. Um dos avanços instituiu, por exemplo, a seguridade social, a previdência e assistência à saúde. Houve avanços significativos, como um capítulo todo dedicado à questão do meio ambiente.

De lá para cá, nós tivemos uma luta muito grande para constituir uma agência nacional responsável pela questão ambiental no Brasil, que é o Ibama. Junto com o Ibama, posteriormente, tivemos a criação do ICMBio, que visa manter as unidades de conservação no Brasil, que são extremamente fundamentais para garantir justamente o controle do meio ambiente neste País.

Pois bem, senhores. Na linha do que já falou os Deputados Prof. Reginaldo Veras, Leandro Grass e Chico Vigilante, demonstrando as incongruências que aconteceram neste País nos últimos tempos – incongruências que poderiam até ser risíveis, se não fossem tão trágicas –, temos mais uma informação hoje. O Ministro Ricardo Salles, que mentiu a respeito de sua pós-graduação nos Estados Unidos e disse que não conhece o Chico Mendes, anunciou que vai extinguir a Superintendência do Ibama do Distrito Federal. Essa Superintendência envolve o Distrito Federal e os municípios da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Para vocês terem ideia, essa Superintendência abarca uma região de 94.570 km². Isso é maior que diversos estados brasileiros e é extremamente importante no sentido da preservação do bioma Cerrado. Justamente essa Superintendência, o Ministro Ricardo Salles anunciou que vai extinguir.

Eu acho que esta Câmara Legislativa, em particular a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deveria se pronunciar a respeito, encaminhando a esse secretário, a esse ministro, uma recomendação pela manutenção da Superintendência do Ibama no Distrito Federal.

Esse é o primeiro pronunciamento que eu vou fazer aqui, porque penso que de fato a gente tem uma constelação de ministros ineptos, que jamais poderiam ser ministros do Brasil.

Quero registrar a posição do encontro de Lima, que decidiu não apoiar uma intervenção armada na Venezuela. Inclusive, no seu pronunciamento, o Vice-Presidente, general Hamilton Mourão, defendeu a saída diplomática e disse que era preciso garantir a soberania nacional dos países. É bom que ele diga isso porque eu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	15

sempre cobro dos nossos militares o velho nacionalismo que a gente sempre esperou que eles tivessem. Não basta cantar o Hino Nacional, não basta vestir verde e amarelo; é preciso defender a soberania do nosso País, é preciso defender as nossas riquezas, o nosso pré-sal, as nossas estatais e não entregá-las de mão beijada ao capital financeiro internacional. Esse é que é o verdadeiro nacionalismo que a gente espera de todos.

Também quero, Sr. Presidente, registrar que estou apresentando uma indicação ao Sr. Governador do Distrito Federal para que ele possa reativar imediatamente o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF. O Conselho de Assistência Social é um órgão constituinte do Sistema Único de Assistência Social. É inadmissível que, até o momento, ele não tenha sido instituído, nomeando-se os representantes do governo como também as pessoas de livre provimento que fazem parte da estrutura administrativa do conselho. O conselho não é um órgão apenas para se fazer controle social e participação popular; é também regulador de uma série de aspectos. A sua inexistência dificulta inclusive a relação com as entidades socioassistenciais do Distrito Federal. Então, encaminhei hoje essa indicação para que a gente possa obter do governo a imediata reinstalação do Conselho de Assistência Social.

Quero também, Sr. Presidente, pedir a V.Exa. que inclua como item extrapauta, para votação hoje, o Requerimento nº 179, que prevê a realização de uma comissão geral no mês de abril para discutir o Instituto de Previdência do Distrito Federal. Nós precisamos nos deter nessa discussão, em particular neste momento em que se fala da reforma previdenciária no Brasil. Portanto, eu gostaria de pedir o apoio de todos os colegas para aprovação dessa comissão geral que será realizada no mês de abril.

Sr. Presidente, por último, quero dizer do apoio à derrubada do veto que implica interesse dos servidores da Saúde, carreira da qual faço parte. Quero também dizer que hoje fizemos uma bela audiência pública sobre saúde mental. Este plenário estava cheio de pessoas, e muitas delas eram usuárias do sistema.

Muito obrigada e até a votação, que nos aproximará ainda mais das reivindicações dos trabalhadores da Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Logo que começar a nossa parte deliberativa, vamos votar os requerimentos e moções em bloco.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Daniel Donizet, do PSL.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Pessoal, boa tarde. Boa tarde a todos aqui presentes, aos Deputados.

Deputado Chico Vigilante, quero fazer uma correção no seu discurso. V.Exa. deu uma informação talvez por falta de informação ou por alguma *fake news*. De

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	16

acordo com a pesquisa, 70% dos brasileiros estão satisfeitos com o voto no Presidente da República e 15,9% estão muito satisfeitos.

Mais uma vez, venho aqui. Não venho muito aqui porque gosto de discutir projetos. E até ressalto uma fala que a Deputada Federal Paula Belmonte fez hoje na Câmara do Deputados a respeito disto. Perdemos aqui muito tempo com blá-blá-blá.

Eu fiz uma relação aqui de coisas importantes que estão em pauta aí para votarmos na semana depois do carnaval. Eu acho que é isso que a população espera da gente. A gente tem que debater! Olhem só: redução de impostos, passe livre, eleição de administradores regionais, conselho tutelar, militarização nas escolas. Olhem só o tanto de coisa importante que a população espera. Gente, temos que trabalhar com produtividade. Por que a gente não pega esses projetos, coloca em pauta, debate, vota? A população está esperando isso da gente. Enquanto a gente ficar com essa polarização de partidos aqui... Que PT, que PSL! Gente, eu sou do PSL, mas isso pouco importa. Eu não estou aqui para defender partido, presidente. Não estou aqui para defender ninguém, não. Eu quero defender a população! Vamos discutir projetos. Vamos esquecer partido.

Outra coisa muito importante: Bolsonaro foi eleito aqui em Brasília por 70% das pessoas. Eu acho que o mínimo que se tem que ter com o Presidente da República é respeito. Eu poderia muito bem chegar aqui e falar que um ex-presidente, que é do Partido dos Trabalhadores, está preso. Ele vai passar o carnaval em Curitiba, mas para que eu vou ficar falando isso aqui? Todo mundo já sabe. Não é isso? Essa história aí de Lula livre já acabou. Vamos debater projetos.

Eu não estou para defender – mais uma vez, repito – partido, não estou para defender pessoas, estou para defender a população. Eu peço aos parlamentares que debatamos ideias. Chega desse negócio de laranja! Quem é que gosta de laranja aqui? Será que, lá no sítio em Atibaia, não tem um pé de laranja? Não sei, mas, pé de maçã podre, tenho certeza que tem. Vamos debater ideias, projetos. Estamos perdendo muito tempo com blá-blá-blá e “mimimi”.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhores. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, meus colegas e pares. Boa tarde, jornalistas, servidores, meus amigos da ASPAR – Assessoria Parlamentar da Polícia Militar do Distrito Federal. O Deputado Fábio Felix está com calor, hein!

Amigos, peço desculpas ao deputado, mas eu vou falar um pouquinho de partido de novo, porque eu tenho que fazer alguns esclarecimentos, já que estão colocando algumas inverdades.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	17

Primeiro, eu não traí nenhum partido. Eu não saí do PHS. O PHS deixou de existir porque, pela nova legislação eleitoral, ele não conseguiu atingir a cláusula de barreira.

Nunca foi do meu perfil trair ninguém, tanto é que, em 2014, Deputada Arlete Sampaio, eu era administrador do Governo Agnello, junto com Filipelli, vice-governador. E, como militar da ativa, faltando uma semana para começar o registro das campanhas, foi alguém na minha casa dizer o seguinte: "Hermeto, no PMDB, tu estás morto. Se tu vieres para esse partido aqui, tu serás eleito." E eu falei: "Meu amigo, como é que eu fiquei quatro anos no governo, fui administrador, melhoramos a nossa cidade e, na última hora, eu pulo do barco porque o Agnello não vai ser eleito? Que político sou eu? Como é que eu vou olhar para a cara das pessoas? Não, não, pode ir embora. Vou ficar no PMDB e vou ser candidato." Ele se virou para mim, riu e falou assim: "Você vai ser suplente." Eu falei: "Está bem". Fomos para a campanha. Foram eleitos três Deputados: o Deputado Robério Negreiros, que arrebentou a boca do balão e foi o mais votado do partido; o Deputado Rafael Prudente; e o Deputado Wellington Luiz. Perdi para o Deputado Wellington Luiz por 560 votos precisamente. Sabe por quê? Porque o homem tem que ter palavra. Palavra! Político tem que ter palavra, e o homem também.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Não, é o meu estilo, meu conterrâneo.

Aí vem um sujeito agora dizer que eu larguei o PHS para ir para o MDB. Eu não larguei ninguém. O meu partido deixou de existir. Voltei ao MDB por quê? Primeiro, é o partido de que eu fui candidato duas vezes. Segundo, o Governador me convidou, juntamente com o Filipelli. E eu fui ao Governador e disse: "Governador, eu volto ao PMDB ou MDB, mas que o senhor mantenha as promessas de campanha da Polícia Militar." Porque, com a comunidade, sem problemas. A comunidade não quer saber se eu sou do PSL, do PT, do PMDB, do PSOL. Ela não quer saber disso, não. Ela quer que eu trabalhe, e eu trabalho. Se tem uma coisa que eu faço é trabalhar. Eu disse ao Governador que eu estava preocupado em relação à minha corporação, e ele disse: "Não, fique tranquilo."

Então, quero dizer a todos que eu não traí o PHS. Até agradeço ao Cristian, agradeço a todos que estiveram no partido porque eu consegui ser eleito. Então, quero deixar bem claro e registrado aqui na Casa que não traí nenhum partido. Eu fui ao MDB porque me identifico, porque meu partido deixou de existir.

E, quanto à Polícia Militar, o Governador sabe que, se a Polícia Militar for preterida, não importa que eu esteja no MDB, em qualquer partido, vou defender a minha instituição, independente disso, porque não fui eleito pelo MDB, estou no MDB, como estou Deputado, mas sou policial militar, isso aí ninguém tira do Hermeto.

Quero agradecer à Deputada Júlia Lucy. Deputada Júlia Lucy, muito obrigado por ter participado do nosso projeto Abraça a sua Praça, V.Exa. fez um trabalho

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	18

fantástico lá. Pena que sua mãozinha ficou machucada, Deputada? Serão bem-vindos os outros Deputados para conhecer o nosso projeto. Alguns dizem que o Abrace a sua Praça é para capinar, mas esse projeto é cidadania. Com esse projeto, chegamos à comunidade carente e recuperamos os espaços públicos, não só recuperamos, mas levamos também cidadania. Levamos para a comunidade coisas que estão faltando hoje em dia, certo?

Então, quero agradecer a Deputada Júlia Lucy e o secretário de educação, o Rafael Parente, que foram lá visitar o projeto e viram ginástica, viram o pessoal do jiu-jitsu, todo o processo que envolve a comunidade, o parquinho, as crianças, tudo isso.

Então, senhores e senhoras, quero agradecer de coração. Voltei ao MDB e vou trabalhar muito, porque, acima de qualquer coisa, acima de partido, acima de qualquer coisa, está a população que me elegeu e que paga os impostos que pagam o meu salário. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Hermeto. Eu sou testemunha da fidelidade de V.Exa. Por diversas vezes, tentei trazer V.Exa. para a agremiação partidária da qual eu fazia parte, e V.Exa. sempre disse que era fiel a seus princípios. Então, parabéns pela firmeza que V.Exa. tem tido.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer um agradecimento especial à Superintendência do HRT – Hospital regional de Taguatinga, da Região Sul, Sudoeste.

Ontem, comemoramos o 45º aniversário daquele hospital. Inclusive, tenho uma história muito íntima com ele. Eu, literalmente, cresci naquele hospital. Dra. Arlete, meu pai era servidor da secretaria de saúde, aposentou-se naquele hospital, e lá eu brincava, de verdade, quando eu era criança. Ontem estive lá, foi uma sessão bastante emocionante para mim e para o meu pai, que inclusive estava lá e foi homenageado.

Então, acho que, aos poucos, na minha vida, estou tendo muitas felicidades, principalmente agora em ser parlamentar, e uma delas foi com certeza dar um prêmio para o meu pai ontem, um servidor aposentado da secretaria de saúde. Orgulhou-me muito, e acredito que ele também está muito orgulhoso.

Eu quero falar aqui para o Deputado Hermeto e para os demais da secretaria de segurança pública que estive hoje na escola da Polícia Militar do Distrito Federal. E, olha, me impressionou! Falei com todas os alunos – todos, não, modo de dizer –, com as alunas, com pais, com os militares. E olha, Deputado Chico Vigilante, vou falar, poucas coisas me impressionam nesta vida, mas aquela escola me impressionou pela organização, pela forma de condução.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	19

E pasmem, crianças lá são tratadas como criança. Brincam na hora recreio, fazem suas atividades lúdicas, ou seja, atrás – ou por dentro – daquela farda, existem pessoas que sabem lidar com crianças, com a educação. Então, isso aqui é só um relato breve do que virá no futuro com relação à escola nessa gestão compartilhada.

Quero parabenizar o comandante – não me recordo do nome dele agora – que me recebeu muito bem e está fazendo um excelente trabalho naquela escola.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero perguntar ao Deputado Jorge Vianna: V.Exa. não viu as crianças serem castigadas? V.Exa. não viu crianças terem que sair do colégio porque não tinham uniforme, conga, kichute? V.Exa. não viu a forma como o professor tratou com castigo, a forma como saiu nos jornais? Não havia nada disso? V.Exa. deve ter visto os alunos perfilados, cantando o Hino Nacional, todos de cabelos cortados, sem aquele *piercing* – nada contra isso – na língua. V.Exa. não viu nada disso, viu? Viu as crianças chamando o professor de senhor, certo?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nome é Tenente-Coronel Danilo, pessoa extremamente comprometida com o que faz.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado José Gomes.

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Ontem foi um dia muito especial para mim, porque lançamos, em uma sessão solene, a nossa Frente Parlamentar de Combate ao Desemprego e Incentivo ao Empreendedorismo.

Foi uma manhã produtiva em que, como presidente e idealizador da frente, entendemos que ela é mais um passo para mudar a triste realidade de uma Capital, que, tendo um dos maiores PIBs do País, tem também um dos mais altos índices de desemprego. Estamos no início desta caminhada. Há muito ainda o que seguir dentro desta frente parlamentar, como visitas da frente parlamentar nas microempresas, *startups*, audiência pública. Queremos divulgar a frente parlamentar com participação popular, através das rodas de conversas de oportunidade, debates universitários e áreas empresariais.

Quero agradecer o Presidente Francisco e o Vice-Presidente Edson, que engradeceram a nossa sessão e ainda agradecer a toda diretoria da Fecomércio e o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	20

Sr. Atayde, pessoa conhecida na Câmara Legislativa, que disponibilizou o espaço para nós. Quero agradecer a presença do Vice-Governador Paco Britto, o Presidente desta Casa Deputado Rafael Prudente, o Presidente da Fibra Jamal Bittar, o Vice-Presidente desta Frente Parlamentar Deputado Eduardo Pedrosa, além de secretários de Estado, administradores regionais, representantes de entidades, membros do Governo do DF, empresários e sociedade, por enriquecerem ainda mais a sessão de abertura da nossa frente.

Tenho a confiança de que juntos teremos forças suficientes para fazer do Distrito Federal um lugar de mais oportunidades e dignidade aos seus moradores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho à tribuna nos Comunicados de Parlamentares falar de um tema que, para mim, é muito importante. Não se trata da minha corporação, não se trata da minha base eleitoral – até porque ela é muito fluida e é difícil até mensurar o que é possível, o que é real em termos eleitorais. Não se trata de questão eleitoral. Sr. Presidente, eu venho à tribuna aqui, mais uma vez, para falar sobre cultura, esse elemento formador da nossa sociedade, que é tão importante para cada um porque gera em nós, Deputada Arlete Sampaio, sentimentos. Quando a gente vem aqui falar de determinadas situações da política brasileira, isso pode gerar até sentimentos ruins, de embate; mas o que gera aquele sentimento dentro de nós de boas lembranças é a cultura.

Eu tenho certeza de que, se eu falar de baião de dois, o Deputado Prof. Reginaldo Veras vai-se lembrar de Crateús, a terra dele, lá no Ceará. Quando ele quer matar a vontade, ele vai à Feira da Ceilândia. Tudo isto é elemento cultural: quando a gente fala do forró, lá do meu Nordeste; quando a gente fala do pão de queijo, de Minas; quando a gente fala do samba, do axé.

E por que eu estou trazendo esse tema aqui hoje, para nós conversamos? Porque, embora a cultura seja o elemento formador da nossa sociedade, seja também esse elemento emotivo que nós temos e, principalmente, seja um direito de cada cidadão, Deputado Delmasso, assegurado na Constituição brasileira, hoje o orçamento da cultura do Brasil figura entre os piores da América Latina! Nenhum país da América Latina investe tão pouco em cultura como o Brasil, mesmo com toda essa riqueza, com toda essa diversidade cultural que nós temos, mesmo com situações tão *sui generis* ao ponto de nós termos um ritmo marcado como o samba, que nos caracteriza. Mesmo assim, investe-se tão pouco em cultura.

E isso reflete onde? Na nossa economia também. Reflete na pouca geração de emprego e também na pouca valorização dos profissionais que nós temos nessas áreas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	21

Para se ter uma ideia, países como Peru e Colômbia investem até quatro vezes mais em cultura do que o Brasil. Não é à toa, Deputado Fábio Felix, que inúmeros brasileiros saem do Brasil para ir conhecer a gastronomia de Lima, no Peru; para conhecer Machu Picchu, quando a gente tem aqui uma gastronomia tão rica, quando a gente tem a Machu Picchu brasileira lá em Igatu, na Bahia, terra da Deputada Arlete Sampaio. E nós vamos perdendo dividendos, porque a cultura gera turismo, ela gera riqueza, emprego e renda.

Peguem os dez maiores destinos turísticos do mundo. Oito desses destinos estão entre os países que mais investem em cultura. Para se ter ideia, Deputado Delmasso, a Espanha investe 4% do PIB em cultura, e 3% dos empregos gerados naquele país, Deputada Júlia Lucy, são do setor cultural. Se formos ver separadamente, é o setor que mais gera emprego na Espanha.

O Parlamento do Reino Unido, Deputado Chico Vigilante, elegeu a cultura como setor estratégico. E muita gente olha para a cultura e fala que é algo supérfluo, que é bobagem, que é gasto! Lá na Inglaterra, o setor cultural, esse supérfluo, quando na crise, crescia 2% por ano; e, na crise, a Inglaterra crescia 1% por ano. Então, desde Tony Blair, a Inglaterra investe cerca de vinte vezes mais em cultura do que o próprio Brasil.

Se formos comparar esses dados, para cada real investido na cultura, poderíamos ter um retorno de pelo menos vinte reais.

Aí eu falo, já me aproximando do meu tempo final: por que trazer todos esses dados? Porque, infelizmente, a nossa classe política enxerga a cultura como gasto, como supérfluo. A nossa classe política acha que o dinheiro que vai para a cultura é dinheiro jogado fora, e eis que as maiores nações do mundo em economia investem maciçamente na cultura, porque tem um valor agregado muito alto e porque tem um gasto muito pequeno para se fazer a cultura. E nós aqui vamos na contramão.

Todo esse discurso, toda essa argumentação que estamos trazendo e sobre a qual vamos continuar debatendo é porque nós precisamos proteger a nossa cultura. Eu não estou falando de proteger artista a, b ou c, não! Eu estou falando de proteger a cultura que nasce no coração da República, no coração da Capital da República do País, com fomento! Então, quando se fala em reduzir os nossos instrumentos ou ferramentas de fomento, de incentivo à cultura, a gente não pode ficar quieto.

Nós votamos aqui, com a construção de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, e de tantos outros que estavam aqui, ao longo dos anos, diversas ferramentas legislativas para o setor cultural. Foi assim com o FAC – Fundo de Apoio à Cultura; com a Lei de Incentivo à Cultura; com a LOC – Lei Orgânica da Cultura, que são instrumentos que nos colocam na vanguarda do País inteiro.

Então, eu quero aqui fazer um apelo. Nós temos uma frente da cultura, capitaneada pelo Deputado Leandro Grass. Nós temos uma comissão capitaneada pelo Deputado Jorge Vianna. E a gente tem que fazer um grande esforço para criar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	22

elementos para blindar o FAC, para melhorar a Lei de Incentivo à Cultura, e principalmente para fazer com que a LOC seja aplicada em sua plenitude. Em sua plenitude a LOC tem que ser aplicada! Nós já temos ferramentas.

Eu quero parabenizar o meu companheiro de partido Deputado Prof. Reginaldo Veras, que há tempos luta nesta Casa pela aprovação de uma proposta de emenda à Lei Orgânica que propõe que os recursos do FAC sejam colocados na cultura, no fomento da cultura no Distrito Federal.

Não está falando aqui o Líder do Governo ou o Parlamentar; está falando um cidadão que reconhece na cultura a possibilidade de mudar o nosso País, de mudar o Distrito Federal.

Nessa crise imensa que a gente vive, eu estou propondo uma emenda, e quero até fazer um convite a todos os Deputados aqui. Já falei com o Presidente da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal, nosso amigo Jean Lima. Nós vamos realizar aqui no Distrito Federal o levantamento do PIB da cultura. Eu desafio qualquer um, num breve espaço de tempo, a dizer que cultura é gasto. Cultura não é gasto, é investimento, porque melhora as pessoas e melhora a economia.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Anuncio a presença do nosso Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Só é importante esclarecer, Deputada Arlete Sampaio, que quem falou que o Ministro Ricardo Sales tinha mestrado em Yale foi a *TV Cultura*, que até já lançou uma nota pedindo desculpas pelo inconveniente. Eu vou jogar isso no nosso grupo. Acontece mesmo.

Eu estou aqui para também fazer destaque a uma notícia que saiu na semana passada. Quero dar os parabéns para o juiz Rogério Santos Araújo Abreu, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, que determinou o bloqueio de mais de 11 milhões em bens do atual Deputado e ex-Governador Aécio Neves. É um bloqueio, portanto, tem caráter liminar, e visa assegurar que o ex-Governador repare aos cofres mineiros o uso de aeronave para fins particulares.

É importante destacar isso, gente, porque, no *Diário Oficial* de 20 de fevereiro, o nosso governador lançou um edital referente à manutenção de um helicóptero, no valor de 1,7 milhão de reais, para que ele utilize aqui no Distrito Federal. É importante a gente destacar isto: será que é realmente importante que o governador se desloque por meio de um helicóptero, no momento em que estamos discutindo aqui a restrição ao passe livre? É 1,7 milhão destinado a esse contrato.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	23

E é importante lembrar também que o Governador Rollemberg, sem especificar a duração do serviço, no primeiro semestre de 2018, gastou R\$ 673.000,00 (seiscentos e setenta e três mil reais) com manutenção e combustível desse helicóptero.

Eu estarei atenta ao uso desse equipamento, à utilização desse contrato, porque eu gosto de destacar – sempre é importante destacar – que não existe dinheiro de governo. Existe dinheiro público, existe dinheiro suado, e não existe dinheiro ilimitado. Para destinar para um contrato, é importante deixar de destinar para o outro. Então, vamos questionar sempre as prioridades do Governo do Distrito Federal no uso do dinheiro público.

E quero também destacar que precisamos estar atentos quanto à utilização de bens públicos para fins privados. Isso é um dos motivos de cassação de mandato, e se enquadra na lei de improbidade administrativa, como aconteceu com o Prefeito de Itaocara, no Rio de Janeiro, em 2016, quando o Ministério Público Eleitoral o tornou inelegível por ter utilizado máquinas públicas para o seu sítio privado.

Quero fazer também a menção de que, no sábado passado, aconteceu um incêndio na Asa Norte, na 312 Norte, que foi combatido com a ajuda da Polícia Militar. A Polícia Militar foi acionada. Ela não estava preparada para isso, mas os combatentes entraram em ação, conseguiram tirar as pessoas dos apartamentos e evitar que uma tragédia fosse instalada.

É importante destacar que, entre esses quatro policiais militares, estavam o Cadete Luiz Carvalho, o Cadete Brito Júnior, o Cadete Herbert e a Cadete Janine – que, por sinal, é uma policial pequeninha e magrinha. Isso mostra que a mulher preparada pode, sim, entrar em combate, ela pode, sim, dar o que a sociedade espera da atuação de uma policial.

E aproveito para fazer menção de que fui acionada, como Procuradora da Mulher, a conversar com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para entender por que o serviço voluntário está exigindo que homens e mulheres se submetam ao mesmo teste físico de aptidão para poderem fazer o teste voluntário. O Coronel Emilson Ferreira dos Santos já criou um grupo de trabalho e vai explicar à Procuradoria da Mulher o porquê de as regras serem as mesmas.

Mas já adianto que, na conversa que tive com o Coronel – que foi muito positiva –, ele explicou que, independentemente de ser homem ou mulher, o bombeiro precisa ser capaz de carregar equipamentos muito pesados, para poder subir escadas e para poder prestar socorro, que é o que a sociedade espera do Corpo de Bombeiros. E é para isso que os bombeiros são pagos.

Então, vamos esperar essa resposta, mas, de antemão, quero salientar que, seja homem, seja mulher, o servidor público tem que prestar um serviço para o qual ele foi pago.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	24

E, fazendo referência à Cadete Janine, a quem eu parabenizo, porque ela mostra, na prática, que a mulher pode ocupar, sim, os espaços, independentemente de quotas, porque ela se preparou. Quero parabenizá-la dizendo o seguinte: Cadete Janine, você orgulha as mulheres, porque você mostra, na prática, que a gente pode ocupar, sim, os espaços, sem benevolência, mas com competência.

Quero lamentar o fato que aconteceu no Rio de Janeiro, em que uma mulher foi espancada durante quatro horas, dentro do próprio apartamento – e o pior é que ainda há pessoas que justificam esse ato de violência porque acreditam que a mulher, em pleno século XXI, não tem a mesma liberdade de se encontrar com quem ela quiser, na hora que ela quiser! Isso é intolerável! Violência contra homem, contra mulher, contra criança, contra qualquer ser humano é intolerável!

E quero destacar que, como Procuradora da Mulher, Deputado Daniel Donizet, estou cansada de blá-blá-blá também. Já estou em várias iniciativas conjuntas com a Secretaria de Segurança Pública e com a Secretaria da Mulher, para resolver, para realmente atacar na base desse problema, porque a violência contra a mulher é a ponta de um *iceberg* de uma situação muito mais difícil que nós enfrentamos, que é uma estrutura social que não dá a mesma igualdade de oportunidades para homens e para mulheres.

E é importante destacar que precisamos combater o fato de apenas trinta por cento das nossas crianças terem acesso a creches, porque, quando não oferecemos acesso a cem por cento das nossas creches, nós impossibilitamos que as mulheres exerçam a sua liberdade de procurar o trabalho que quiserem e de ocupar os espaços que quiserem. E é para isto que vou batalhar: para resolver os problemas pela raiz, porque é assim que conseguimos, sim, resolver tudo, com medidas de longo prazo e com planejamento.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Júlia Lucy.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como teremos, na semana que vem, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, eu gostaria de avisar que realizaremos, na quinta-feira, dia 7, uma comissão geral para discutir a violência contra a mulher no Distrito Federal.

Eu gostaria, então, de convidar todos os Deputados e todas as Deputadas a se fazerem presentes, porque nós todos, juntos, temos que exigir o fim dos feminicídios no Distrito Federal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Pessoal, primeiramente, eu acho que temos que lidar com muita tranquilidade com o debate político. O debate público é fundamental. Além das várias iniciativas, da discussão das emendas parlamentares, além do debate das proposições de cada Parlamentar, estamos aqui fundamentalmente para fazer o debate público – o debate sobre a sociedade, o debate sobre os partidos políticos, o debate sobre as instituições democráticas, o debate sobre as corporações, sobre os sindicatos. Estamos nesta Casa Legislativa, eleita pelo povo – todos aqui eleitos e eleitas –, para fazermos o debate público. E precisamos ter muita tranquilidade com o debate público.

Sabemos que uma série de setores da sociedade historicamente tem sido atacada. Por exemplo, o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio podem falar que o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos últimos anos, tem sido severamente atacado pela imprensa, com muitas mentiras e muitas críticas reais à conduta, ao governo, etc. E isso faz parte do debate público.

Os partidos políticos do governo e da oposição ou são atacados ou defendem projetos. E isso faz parte do debate público! Isso é uma função parlamentar! Isso não é blá-blá-blá, não é “mimimi”. É o debate! A sociedade espera de nós sempre o debate público, é importante que nós o façamos! Estamos aqui eleitos também para isto: para debater a militarização... E não esperem, da nossa conduta... Hoje estou aqui como Deputado Distrital do Psol, e qualquer que fosse o Deputado eleito pelo Psol, ele estaria aqui fazendo o debate sobre todos os temas da conjuntura, sobre todos os partidos políticos, sim! Afinal, somos nós o quê? Uma instituição política para debater as outras instituições políticas! E é importante que isso seja feito na democracia! Afinal, temos uma democracia frágil, que está se arrastando, mas temos ainda uma democracia no Brasil. E a democracia precisa ser fortalecida. E nada é mais importante, mais potente para fortalecer a democracia, do que o debate público institucional.

Eu queria fazer um registro, como fez a Deputada Arlete Sampaio, sobre os trabalhadores de uma empresa pública federal. A empresa não é do âmbito do Distrito Federal, mas faz parte de mais uma das medidas impensadas do Governo Bolsonaro, que prejudicam o Distrito Federal. Trata-se da extinção da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Eu não sei quantos Parlamentares aqui conhecem a Valec. A Valec é uma empresa que constrói e administra algumas ferrovias no Brasil. O governo, Deputado Delmasso, sem ter um conhecimento exato do funcionamento da Valec, já tomou a decisão pública de promover a extinção dessa empresa pública, e isso prejudica uma comunidade de quase mil trabalhadores e terceirizados, todos hoje residentes no Distrito Federal. Esse é um dado muito importante sobre o qual esta Casa tem que se debruçar e, inclusive, trabalhar para se articular a fim de que o governo federal não tome mais essa medida arbitrária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	26

Nós sabemos que a linha do Governo Bolsonaro é retirar os direitos dos trabalhadores, o que temos visto agora com a reforma da Previdência. Eles querem diminuir pela metade o BPC – Benefício de Prestação Continuada, que é o menor benefício hoje da aposentadoria e o mais difícil para que se tenha acesso.

Nesse pacote de extinção das empresas públicas, entra a Valec, que cumpre um papel fundamental nas nossas ferrovias, na construção e fiscalização de parte da malha ferroviária brasileira. Até agora sequer houve a indicação de um diretor para ocupar uma vaga de dirigente na Valec aqui no Brasil, nesse governo. Isso prejudica essas centenas de servidores.

A Valec construiu um trecho ferroviário, para vocês terem uma noção, com o valor de R\$ 9 bilhões, que tem seu valor hoje para concessão de R\$ 1,3 bilhões e existe uma concessão feita de forma direcionada para a Vale – a mesma Vale que não tomou os cuidados necessários na tragédia de Brumadinho. Existe hoje um processo de concessão direcionada para a Vale dessa ferrovia construída pela Valec, e a Valec poderia fazer a administração dessa ferrovia. Olhem: ela custou R\$ 9 bilhões e eles querem dar um presente para a Vale, mais um presente para a Vale administrar de R\$ 1,3 bilhões.

Estamos na luta aqui hoje em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da Valec. Só em Brasília estão sediados 775 funcionários entre servidores, prestadores de serviços e terceirizados. Os trabalhadores se queixam da falta de informação. Nem o mínimo diálogo o governo faz com os trabalhadores da Valec.

Nós recebemos na Câmara Legislativa a associação de trabalhadores e de servidores da Valec, que hoje vivem uma situação total de instabilidade.

Não se trata, Deputado Jorge Vianna, o trabalhador dessa forma. O trabalhador vivendo no Distrito Federal sem a mínima condição de saber se vai estar amanhã empregado numa empresa pública, já que ele entrou numa empresa pública via concurso público. Então, é muito arbitrário, muito equivocado tudo o que esse governo está fazendo com os trabalhadores da Valec.

Nós queremos nos solidarizar e marcar também uma audiência com o Secretário do Trabalho e com os servidores da Valec. Eu acho que isso é muito importante.

Essa é mais uma medida arbitrária desse governo do laranjal, que não responde a tantas denúncias que já tem sofrido em pouco tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra, no Comunicado de Parlamentares, ao Deputado Leandro Grass. (Pausa.)

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	27

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSL. Sem revisão do orador.) – Deputado Fábio Felix, sabe que eu respeito muito V.Exa. Todos nós temos nossas bandeiras. V.Exa. tem muitas bandeiras importantes, que acho que são válidas e, com algumas, eu até concordo. Mas eu acho que o que a população espera de nós não é ficar falando de partido político. Quando eu falo blá-blá-blá, “mimimi”, eu quero dizer nesse sentido.

Eu poderia muito bem falar que o ex-Deputado Jean Wyllys, do Psol, condenado a pagar uma indenização à Deputada Federal Bia Kicis, fugiu do Brasil. Mas esse não é o objetivo, não é o que o povo quer. Certo? Eu poderia falar que o candidato a Presidente do Psol, Guilherme Boulos, nunca invadiu uma propriedade particular. Mas a população não quer saber disso. A população quer saber de projetos, a população quer saber das demandas. Só isso!

Então, quando eu falo de blá-blá-blá e “mimimi”, estou me referindo a isso. Porque, se eu falo aqui, V.Exa. virá aqui falar: “Blá-blá-blá! O Bolsonaro...” Aí eu venho e falo: “O Psol blá-blá-blá...” Isso não vai levar ninguém a lugar algum. Vamos ter produtividade.

Quantas horas são? São 16h44min e estamos falando de questão partidária, de presidente, enfim... Estou até cansado de falar. Vamos falar de projetos.

Fale assim: quais são os seus projetos? O que você tem de projetos para a educação, para a saúde, para a segurança? Vamos debater isso. É isso o que é importante para a sociedade.

Faça uma pesquisa. Eu desafio V.Exa, Deputado, a fazer uma pesquisa no seu Instagram: o que a sociedade quer debater? Eu duvido que eles vão colocar lá: partido político, Bolsonaro, Psol, Jean Wyllys, blábláblá.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Fábio Felix, eu queria só restabelecer a ordem.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Pela ordem unicamente para responder, porque fui citado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É porque V.Exa. falou duas vezes. Falou como Líder...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas eu falei no tempo regimental pela liderança.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Vamos fazer o seguinte: não vamos esticar esse debate, até porque nós temos que votar e cumprir o que está acordado no Colégio de Líderes. Há *quorum*. O meu receio é que esse debate se alongue e a gente perca o *quorum* para poder votar.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Um minuto, Sr. Presidente?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	28

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa. por um minuto.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Na verdade, pela ordem, como o Deputado Daniel Donizet falou no tempo dele e falou pela ordem, e eu falei no meu tempo, eu tenho direito de falar pela ordem.

Primeiro, eu acho importante dizer que eu não estou cansado de debater. Estou só começando, gente! Estou aqui há cinquenta dias, e vamos ficar quatro anos aqui debatendo! Eu estou só começando. Eu estou muito animado. Acho que todos os novatos tinham que estar muito animados aqui para o debate público, para a discussão. Faço isso de forma fraterna e farei isso ao longo dos quatro anos sem nenhum pinga de cansaço. Deputado João Cardoso, eu não preciso de férias ainda, viu? Estou aqui tranquilo para fazer o debate.

Eu queria fazer um registro de que realmente houve uma decisão judicial em relação ao pagamento do Deputado Jean Wyllys para a Deputada Federal Bia Kicis, e o Deputado Jean Wyllys fez. Se o Deputado Daniel Donizet quiser o recibo, foi de 14 mil reais a entrada que o juiz determinou. Ele fez o pagamento. É um desrespeito dizer que ele, que é ameaçado de morte... Ele cumpriu a legislação, cumpriu a determinação judicial, saiu do Brasil porque não tinha as condições de segurança para permanecer neste País. Então, é importante dizer que é um grande Deputado, que prestou um grande serviço e aprovou mais projetos que o Presidente da República na Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que também estou bastante animado para o debate. A gente vai travar ótimas discussões aqui, independentemente da esfera, do tema e de a quem interesse.

Eu queria aqui só ratificar o discurso do Deputado Cláudio Abrantes e entrar em sintonia e concordância com ele, e falar também do nosso compromisso com a cultura. Demos aqui início à Frente Parlamentar pela Promoção dos Direitos Culturais.

Aproveitando também aqui o discurso do Deputado Jorge Vianna – o Deputado Hermeto saiu –, quero dizer só para a gente tomar um pouco de cuidado e não depositar na Polícia Militar, pela qual eu tenho uma grande admiração e um grande respeito, responsabilidades que não são da Polícia Militar, porque, daqui a pouco, a gente vai estar achando que a Polícia Militar é a grande instituição, corporação gestora deste País. Vão botar os policiais para gerir escolas, hospitais. Vão botar os policiais para gerir qualquer coisa, porque eles são os grandes gestores, e não são. Os policiais militares são importantes para a segurança pública, mas eles não são responsáveis pela gestão educacional, nem a de qualquer outro serviço público que não seja a segurança pública.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	29

Quero aproveitar o ensejo também da participação do Deputado Jorge Vianna – vi que há aqui alguns servidores da saúde –, foi lida hoje, em um projeto de decreto legislativo, mais uma vez uma irregularidade ou uma arbitrariedade do Governo do Distrito Federal.

Nós aprovamos aqui aquele projeto absurdo, sem fundamentação, sem encaminhamento, sem informação, que criou o Instituto de Gestão Estratégica da Saúde do Distrito Federal – IGESDF. Posteriormente caberia, então, ao Governo do Distrito Federal, regulamentá-lo. Foi feito o decreto de regulamentação. No entanto, ao analisarmos esse decreto de regulamentação – chamo bem aqui a atenção dos Deputados que têm feito esse debate; Deputada Júlia Lucy, que tem colocado em discussão o modelo do Hospital de Base, do instituto; Deputado Jorge Vianna, que é da área da saúde; Deputada Arlete Sampaio, que é da área da saúde –, chamaram nossa atenção algumas questões muito sérias desse decreto de regulamentação, especialmente os artigos 12 e 13.

No art. 12 está dito o seguinte: “O IGESDF fica dispensado do processo seletivo a que se refere o art. 2º, IX, da Lei 5.899/2017, para a contratação dos servidores ativos do Hospital Regional de Santa Maria e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o início da vigência do contrato de gestão, desde que observada a compatibilidade de horário, sendo que o regime de contratação será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.” Ou seja, caso o instituto decida contratar servidores do Hospital de Santa Maria, não será necessário o processo seletivo, enquanto que a lei que criou o Instituto de Gestão Estratégica da Saúde obriga, em qualquer circunstância, o processo seletivo. A mesma coisa acontece quando eles se referem aos aposentados. Eles dispensam o processo seletivo quando optam pela contratação de aposentados em regime de CLT.

Então está sendo feita uma espécie de ampliação de carga desses servidores do Hospital de Santa Maria, não pela Secretaria de Saúde, mas pelo regime de CLT, sem o processo seletivo, o que é contraditório à lei que cria o Instituto de Gestão Estratégica.

Segundo o artigo 13, o Governo do Distrito Federal poderá aproveitar funcionários aprovados em concursos públicos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal em especialidades específicas de acordo com a ordem de classificação do certame.

O regime de contratação será o da Consolidação das Leis do Trabalho. Ou seja, estão dizendo que vão contratar via CLT o pessoal que estava para ser chamado no concurso público, infringindo a própria regulamentação que diz também que é preciso fazer um processo seletivo. E, lá na lei de 2017, restringe-se esse percentual a 30%. Então, são duas situações em que a lei menor, que é o decreto, contraria a lei maior, que é a lei que cria o Instituto de Gestão Estratégica.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	30

Nós protocolamos isso aqui para que os Deputados tenham acesso a esse documento. Chamo a atenção para essa irregularidade, que segue a tendência do próprio projeto em si, que é um projeto que – mais uma vez nós defendemos nesta Casa – aponta para o desmonte do SUS/DF, que abre brechas para o clientelismo, que abre brechas para o loteamento da saúde com cabos eleitorais, e que contraria todos os princípios da administração pública, em especial o princípio da impessoalidade.

Então, eu chamo aqui a atenção dos Deputados. Nós vamos distribuir o projeto aos gabinetes para que V.Exas. possam avaliar e possamos obstruirmos essa situação, que é ilegal.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para corroborar o que o Deputado Leandro Grass acabou de falar com relação ao decreto. Realmente existe algum dispositivo no decreto que não está entendível, ou há algum erro na própria redação.

Eu fiz contato com o Diretor-Presidente do Instituto, Sr. Francisco, o qual me informou que a redação não era exatamente a que estava sendo interpretada. Por isso, pedi a ele uma reunião para que eu pudesse fazer essa interpretação de acordo com o que estão sugerindo. E aí eu convido V.Exa., Deputado Leandro Grass, para que nós dois possamos ir lá. A Deputada Arlete Sampaio também quer ir? Ok. Convido todos os Deputados para irmos até lá para falarmos qual é a intenção real do decreto com relação àquele artigo 13º, que trata da contratação de servidores pela CLT, através de uma lista de aprovados em concurso. Está certo?

Deputado Leandro Grass, com relação à Polícia Militar, é o seguinte: eu estive lá vendo a parte, digamos assim, estrutural da escola e a parte de educação cívica deles. Os professores são contratados. São professores mesmo, da carreira de Magistério, que são contratados para darem aulas. Os policiais militares atuam naquele colégio apenas como monitores e como instrutores de Educação Moral e Cívica.

Uma coisa que eu não sabia, e muitos não sabem, é que, além de estarem no colégio, eles também fazem trabalho em rua. Ou seja, o Distrito Federal não perde o apoio da Polícia Militar daquele colégio, porque eles estão nas ruas e estão no colégio. Quer dizer, estão fazendo, inclusive, dupla jornada. Então, é mais um motivo para agradecer à Polícia Militar pelos serviços que eles prestam à Educação, na educação e na formação do cidadão do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	31

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer parlamento do mundo, seja aqui, em Cuba, na China, na Europa, Estados Unidos, tem como papel debater; votar leis e debater assuntos da cidade e do mundo.

Eu não sou modesto, eu não vou debater só as questões de Brasília e do P. Sul, eu debato as questões do mundo inteiro, porque esse é o papel do Parlamento. Parlamento que não tem debate, Deputada Júlia Lucy, não é parlamento, vira casa de homologação. Ou seja, o Governador manda um projeto e pronto. Não é assim. No Parlamento, é para haver grandes debates.

Eu quero aproveitar as pessoas que estão me assistindo pela *TV Web* – deve haver umas seis pessoas nos assistindo, e é bom que elas assistam; depois nós vamos ter um canal maior, com mais gente assistindo – e vou fazer algumas indagações.

Será que é correto, Sr. Presidente, será que é correto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, reduzir o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, Deputado João Cardoso, das pessoas extremamente pobres, de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) para R\$ 400,00 (quatrocentos reais)?

Esse sujeito que escreveu isso, que é da turma do capiroto, deve tomar uma garrafa de vinho que custa mais de 400 reais e quer que um pobre viva o mês inteiro com 400 reais. E não querem que a gente fale isso aqui nessa tribuna.

Pergunto para os servidores públicos que estão aqui, que são considerados classe média: é correto aumentar a contribuição da Previdência de vocês, Marcelinho, para 22%? Quando você tem um teto de no máximo 5 mil reais? Então, você vai contribuir com 22% e vai receber, no máximo, 5 mil reais. Está certo?

É correto pegar um trabalhador rural – eu já trabalhei na roça até os 22 anos de idade e sei o que é isso – e botar para trabalhar até os 65 anos de idade? O Capiroto e a turma dele querem isso. E nós vamos ficar calados? Não vamos dizer nada?

Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é professor –, Deputada Júlia Lucy, é correto colocar uma professora de ensino médio ou de ensino fundamental com 65 anos dentro de uma sala de aula?

Presidente, Deputado Rafael Prudente, V.Exa. que é do setor de prestação de serviços de vigilância, será que as empresas vão contratar um homem com 65 anos de idade? Colocar um vigilante com 65 anos de idade com uma arma na porta de um banco ou num carro forte? Está errado, gente, não dá para aceitar isso.

O Presidente da Câmara, o Sr. Rodrigo Maia, virou piada internacional quando ele disse: “Não, pode trabalhar até os 80 anos de idade”. Aí um operário da construção civil fez um desafio: “Rodrigo Maia, vem trabalhar uma semana junto comigo e, se você aguentar, eu topo me aposentar com 80 anos. Eu só quero uma semana”. Outro, e aí já é um eletricitista, disse: “Rodrigo Maia, passa uma semana subindo nesses postes e, se você aguentar uma semana, eu topo me aposentar com 80 anos de idade”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26	02	2019	15h	10ª Sessão Ordinária	32

Trabalhadores do Samu que estão aqui, será que dá para ficar fazendo o trabalho que vocês fazem, com 65 anos de idade?

As chamadas profissões penosas e perigosas, isso é um absurdo. Isso é coisa do Capioto. Isso é coisa do Diabo, e eu quero ver se vai ter Deputado aqui nesse plenário com capacidade para defender isso. Desafio Deputado que venha aqui defender que está certo, que está correto. Aí chamam isso de Nova Previdência. Nova previdência para quem? Para quem essa nova Previdência que eles querem? Só se é para o capeta, porque o capeta não se aposenta nunca. Cada dia ele se renova fazendo mais maldade.

Portanto, eu não aceito, e vou estar aqui, debatendo sempre. Fui eleito para votar e defender os interesses da comunidade, mas também para debater...

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo um minuto ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva para terminar o seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Debate é a função primordial de um parlamento. Parlamento que não debate não tem por que existir.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não havendo mais inscritos para os Comunicados de Parlamentares, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito alteração da pauta da Ordem do Dia para que a apreciação do item nº 1 fique por último.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. O item nº 1 será o último a ser apreciado pelo Plenário. Começaremos pelo item nº 2.

Antes, porém, consulto os Líderes se, antes da votação dos vetos, podemos votar os requerimentos e moções em bloco? Temos, inclusive, um pedido da Deputada Arlete Sampaio para que seja votado um requerimento hoje.

Vou fazer rapidamente a chamada dos Líderes para se manifestarem sobre o sobrestamento. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura dos itens para votação. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	33

Consulto os Líderes se há acordo para votar os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.) Há acordo.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 179, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “requer a transformação de sessão plenária em comissão geral para realização de debates sobre o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF e o Regime Previdenciário dos Servidores Distritais à luz das alterações previstas na Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 2019, de autoria do Deputado Iolando Almeida, que “requer a realização de audiência pública para discussão do Plano de Ação 2018-2019 – Fórum de Inclusão das Pessoas com Deficiência do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº11, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “parabeniza a Sra. Antônia Leal dos Reis, pioneira na Quadra 103 da Região Administrativa do Sudoeste e síndica há 27 anos ininterruptos no edifício em que reside na referida quadra pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Região Administrativa do Setor Sudoeste em Brasília”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 12, de 2019, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 13, de 2019, de autoria do Deputado Iolando Almeida, que “manifesta pesar pelo falecimento do ex-Deputado Distrital José Ramalho Brasileiro”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	34

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.110, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	35



RELATÓRIO Nº 1, DE 2018 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 2110/2018, que "Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de quem tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 260/2018-GAG, de 16 de outubro de 2018, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto total imposto ao Projeto de Lei nº 2110/2018, de autoria do Deputada Celina Leão, que altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que Reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de quem tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da emenda substitutiva nº 01.

O Chefe do Poder Executivo, às fls. 34, apresentou os motivos que ensejaram o veto TOTAL da mencionada proposição normativa.

Em suma, informa que a proposição não poderia ser sancionada vez que suscita incompatibilidade a premissa inserta no texto constitucional.

Alega que o texto aprovado fere as margens da independência e harmonia dos poderes, enaltecendo sua irregularidade pela usurpação de competência, que no presente caso ofusca iniciativa privativa do Poder Executivo, art. 2º da CF/88 C/C art. 53 da LODF.

Ressalta, por fim, que é legítimo ao Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis concernentes ao regime jurídico dos servidores públicos, ofuscando o escopo da proposta refletindo o equívoco temporário da ilustre parlamentar.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA
PRESIDENTE
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 2110, 1, 2018
FOLHA 38 RUBRICA

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

O acordo do Colégio de Líderes é pela rejeição do veto, ou seja, pelo voto “não”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	37



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.110/2018

DATA: 26/02/2019

AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO

RELATOR: DEPUTADO REGINALDO SARDINHA

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	ARLETE SAMPAIO	PT		1				
3	CHICO VIGILANTE	PT		1				
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT				1		
5	DANIEL DONIZET	PSL		1				
6	DELMASSO	PRB		1				
7	EDUARDO PEDROSA	PTC		1				
8	FÁBIO FELIX	PSOL		1				
9	HERMETO	PHS				1		
10	IOLANDO ALMEIDA	PSC		1				
11	JAQUELINE SILVA	PTB				1		
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE		1				
13	JORGE VIANNA	PODEMOS		1				X
14	JOSÉ GOMES	PSB				1		
15	JÚLIA LUCY	NOVO		1				
16	LEANDRO GRASS	REDE		1				
17	MARTINS MACHADO	PRB		1				
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT		1				
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE		1				
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD		1				
21	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
22	TELMA RUFINO	PROS				1		
23	VALDELINO BARCELOS	PP		1				
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB				1		
RESULTADO			0	16	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____
Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	38

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna para declaração de voto.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço em nome de toda a categoria da carreira Assistência Pública à Saúde por terem derrubado este veto, um veto discriminatório que o então Governador Rodrigo Rollemberg fez com essa categoria.

Hoje, a Câmara Legislativa fez justiça com os servidores dessa carreira Assistência Pública à Saúde, com os servidores da saúde. Essa é a primeira de várias justiças que faremos com esses trabalhadores. Foi por isso que votei não.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.680, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "institui e inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, os 'Jogos Universitários do Distrito Federal' e dá outras providências".

Na ausência do Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, solicito ao Deputado Reginaldo Sardinha que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial aos arts. 3º e 4º.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	39



RELATÓRIO Nº 01, DE 2018 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1680/2017, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito federal os Jogos Universitários do Distrito Federal" e dá outras providências.

Relator: Deputado Professor Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 244/2018-GAG, de 3 de setembro de 2018, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1680/2017, de autoria do Deputado Júlio César que institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal os Jogos Universitários do Distrito Federal e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Na fl. 23, entende-se que o Chefe do Executivo motivou o veto uma vez que o teor dos arts. 3º e 4º não coadunam para o interesse público bem como não refletem a formalidade que se espera da norma.

E tratando-se de regra de cunho orçamentário esse projeto só poderia advir do chefe do poder Executivo. Por essa razão solicita a manutenção do projeto citado.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	40

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão o relatório aos vetos parciais.

Procederemos à votação em bloco dos vetos parciais, salvo manifestação contrária dos Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar claro: o que está sendo debatido são aqueles artigos que criavam despesas, porque Deputado não pode propor criação de despesa. Logo, nosso voto será pela manutenção. Foi isso que foi acertado lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Este foi um pedido do Deputado Martins Machado: para a derrubada do veto. O acordo era para a derrubada do veto.

Consulto o Deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o acordo feito nas comissões foi para a derrubada do veto. No Colégio de Líderes, nós fizemos essa reunião e foi acordado isto: a derrubada dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Chico Vigilante, só para esclarecimento, vou ler aqui os artigos que nós estamos discutindo:

“Art. 3º Ficam recepcionados no âmbito do Distrito Federal o artigo 29, inciso II, do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2014, bem como o artigo 56, §2º, inciso II da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998”.

Essa lei é uma lei federal que fala sobre desporto universitário: a Lei Pelé.

O artigo quarto diz o seguinte:

“Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária, através de recursos da Lei nº 9.615/1998 destinados ao desporto universitário”.

O que a lei está dizendo, Deputado Chico Vigilante, é que o Distrito Federal não vai arcar com um centavo da execução da lei. Quem vai arcar é a União, pelo que está escrito no artigo quarto. Ou seja, nós não estamos adquirindo despesas ao Governo do Distrito Federal.

Sobre a questão do mérito, se pode ou se não pode, cada Deputado pode votar da sua forma, mas a orientação, conforme o acordo do Colégio, para deixar claro, e deixar os Deputados confortáveis, é que a lei, em nenhum momento, prevê assunção de despesas ou que o Distrito Federal venha a assumir despesas para a execução desse projeto de lei. Tanto que ele diz aqui claramente que as despesas decorrentes

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	02	2019	15h	10ª Sessão Ordinária	41

da execução desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária através de recursos da Lei nº 9.615, de 1998.

Era isso. Só para deixar claro.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu peço a retirada. A gente fala com o bloco do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como ficou explícito, pelo que V.Exa. leu, de fato, nós não estamos criando uma obrigação orçamentária para o Poder Executivo local. No entanto, estamos transferindo uma delegação para a União, o que, no meu entender, complica ainda mais. Eu que já disputei jogos brasileiros num passado distante da minha vida, quando fui atleta profissional, sei da importância desse tipo de lei, mas juridicamente o veto está muito bem fundamentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Acato a solicitação apresentada pelo Deputado Martins Machado, do PRB, para a retirada do item nº 4 da pauta.

Item nº 5:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Distrito Federal”.

O relatório foi proferido na Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2018.

Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz essa solicitação de apreciação do veto contido no item nº 5, que trata do Projeto de Lei nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Distrito Federal”.

A gente destacou o art. 10 para que ele continue sendo vetado, tendo em vista que esse artigo diz respeito à função do Poder Executivo de regulamentar a presente

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	42

lei. Então, esse a gente dispensa. Mas a gente pede a apreciação e a derrubada do art. 2º, que descreve a Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal apenas como responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades que a lei prevê, e também a alínea “c” do inciso III do art. 3º, que dispensa os leprosários.

Ele vetou o item dos leprosários fazendo com que ficasse permitida a construção desse tipo de unidade próximo a mananciais. A gente pede também que a alínea seja derrubada porque já existe uma regulamentação federal, já existe um indicativo de que leprosários não devem ficar próximos aos mananciais. Há também o § 2º do inciso IX, que diz respeito ao papel da Secretaria de Saúde.

São esses os artigos... e a alínea também. É só para constar que o art. 10, segundo o nosso encaminhamento, continua vetado. Somente o veto aos outros...

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Peço aos Deputados só um minuto da atenção da V.Exas. sobre esse comando de votação, porque é muito importante essa questão. Deputado Chico Vigilante, é importante esse comando de votação, porque nós vamos fazer duas votações em relação ao mesmo veto.

Informo que procederemos a duas votações sobre o veto parcial. A primeira votação, em bloco, destinada à derrubada dos vetos acordados, referentes à alínea “c” do inciso III do art. 3º, ao § 2º do art. 3º e ao art. 8º. A segunda votação será específica para o art. 10, que deverá ser mantido.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

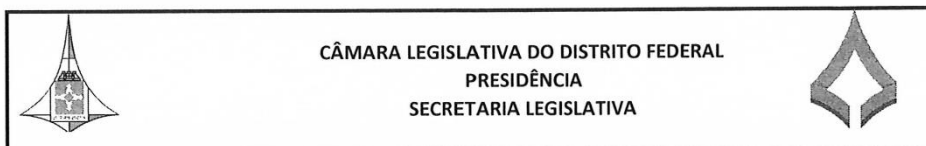
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

A orientação, nesse caso, é para votar “não”.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	43



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 17/2011

DATA: 26/02/2019

art. 2º, alínea 'c' do inciso III e § 2º do art. 3º, e art. 8º

AUTORIA: DEPUTADO JOE VALLE

RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	ARLETE SAMPAIO	PT		1				
3	CHICO VIGILANTE	PT		1				
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT				1		
5	DANIEL DONIZET	PSL				1		
6	DELMASSO	PRB		1				
7	EDUARDO PEDROSA	PTC				1		
8	FÁBIO FELIX	PSOL		1				
9	HERMETO	PHS				1		
10	IOLANDO ALMEIDA	PSC		1				
11	JAQUELINE SILVA	PTB				1		
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE		1				
13	JORGE VIANNA	PODEMOS		1				
14	JOSÉ GOMES	PSB				1		
15	JÚLIA LUCY	NOVO		1				
16	LEANDRO GRASS	REDE		1				
17	MARTINS MACHADO	PRB		1				
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT		1				
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE		1				
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD		1				
21	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
22	TELMA RUFINO	PROS				1		
23	VALDELINO BARCELOS	PP		1				
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB				1		
RESULTADO			0	14	0	10	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
14	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
10	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
14	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO IOLANDO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____
Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	44

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários e 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto parcial sobre o art. 2º, alínea c do inciso III, e § 2º do art. 3º e o art. 8º.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Passamos para a segunda votação, específica para o art. 10. O relatório foi proferido na sessão ordinária de 27 de novembro de 2018.

Esse é para manutenção, ou seja, pelo acordo, votamos “sim”.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	45



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 17/2011

DATA: 26/02/2019

ART. 10

AUTORIA: DEPUTADO JOE VALLE

RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	ARLETE SAMPAIO	PT	1					
3	CHICO VIGILANTE	PT	1					
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT				1		
5	DANIEL DONIZET	PSL				1		
6	DELMASSO	PRB	1					
7	EDUARDO PEDROSA	PTC				1		
8	FÁBIO FELIX	PSOL	1					
9	HERMETO	PHS				1		
10	IOLANDO ALMEIDA	PSC	1					
11	JAQUELINE SILVA	PTB				1		
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	1					
13	JORGE VIANNA	PODEMOS	1					
14	JOSÉ GOMES	PSB				1		
15	JÚLIA LUCY	NOVO	1					
16	LEANDRO GRASS	REDE	1					
17	MARTINS MACHADO	PRB	1					
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	1					
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE	1					
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	1					
21	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
22	TELMA RUFINO	PROS				1		
23	VALDELINO BARCELOS	PP	1					
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB				1		
RESULTADO			14	0	0	10	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO (X)	REJEITADO ()
14	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
10	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
14	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO IOLANDO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____
Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: o veto parcial ao art. 10 do Projeto de Lei nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, foi mantido com 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

No item nº 1, conforme acordado, a votação é pela manutenção do veto.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.065.636,00 (sete milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais)”.

Concedo a palavra ao relator, Deputado Reginaldo Sardinha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para proferir o relatório sobre o veto parcial, parte dos anexos I, V e VII, referente às Emendas nºs 25 e 40.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	47



RELATÓRIO Nº 01, DE 2018 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 2108/2018, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 42.881.492,00".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº 274/2018-GAG, de 19 de novembro de 2018, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 2108/2018, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$42.881.492,00.

Foram apresentadas e aprovadas 63 emendas de remanejamento na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

O Chefe do Executivo, às folhas 299, vetou PARCIALMENTE o citado projeto de lei considerando as orientações e vedações previstas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº 5602, de 30/12/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei 5950, de 2 de agosto de 2017, e em orientações técnicas que impossibilitam execução das despesas.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 2108 / 2018
FOLHA 421 RUBRICA

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	48



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PL 2108 /2018

PROJETO DE LEI Nº

(Autoria: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei
Orçamentária Anual do Distrito
Federal no valor de R\$
7.065.636,00.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica aberto, nos termos dos art. 57 e 61 da Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2018 (Lei nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017), crédito adicional, no valor de R\$ 7.065.636,00 (sete milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais) com a seguinte composição:

I - crédito suplementar ao orçamento de investimento, no valor de R\$ 3.945.636,00, para atender à programação orçamentária indicada no Anexo III;

II - crédito especial ao orçamento de investimento, no valor de R\$ 3.120.000,00, para atender à programação orçamentária indicada no Anexo IV.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o art. 1º, incisos I será financiado pela anulação de dotação orçamentária constante do Anexo I; e o crédito especial, inciso II, será financiado pela anulação de dotação orçamentária conforme anexo II. De acordo com o art. 43, §1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 2108 / 2018

Folha Nº 02

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	49

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto parcial.

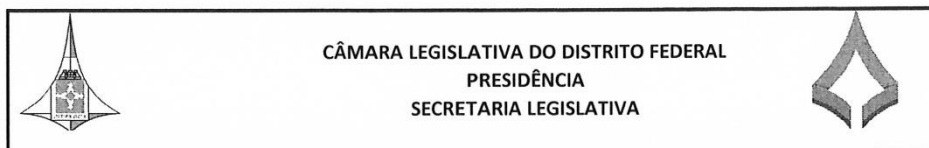
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto parcial; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	50



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.108/2018 DATA: 26/02/2019

Parte dos Anexos I, V e VII, referente às emendas nºs 25 e 40

AUTORIA: DEPUTADO JULIO CESAR

RELATOR: DEPUTADO REGINALDO SARDINHA

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	ARLETE SAMPAIO	PT	1					
3	CHICO VIGILANTE	PT	1					
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT				1		
5	DANIEL DONIZET	PSL				1		
6	DELMASSO	PRB	1					
7	EDUARDO PEDROSA	PTC				1		
8	FÁBIO FELIX	PSOL	1					
9	HERMETO	PHS				1		
10	IOLANDO ALMEIDA	PSC	1					
11	JAQUELINE SILVA	PTB				1		
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	1					
13	JORGE VIANNA	PODEMOS	1					
14	JOSÉ GOMES	PSB				1		
15	JÚLIA LUCY	NOVO	1					
16	LEANDRO GRASS	REDE	1					
17	MARTINS MACHADO	PRB	1					
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	1					
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE	1					
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	1					
21	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
22	TELMA RUFINO	PROS				1		
23	VALDELINO BARCELOS	PP	1					
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB				1		
RESULTADO			14	0	0	10	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO (X)	REJEITADO ()
14	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
10	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
14	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO IOLANDO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____
Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2019	15h	10ª Sessão Ordinária	51

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Gostaria de fazer outra retificação: as Emendas são de número 25 e 40.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto parcial a parte dos Anexos I, V e VII, referente às Emendas nºs 25 e 40, do Projeto de Lei nº 2.108, de 2018.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Esta Presidência informa às Sras. e aos Srs. Deputados que, com base no art. 137 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, todas as proposições que se encontram em tramitação ao término da legislatura ficarão com o andamento sobrestado pelo prazo de sessenta dias. Durante esse prazo, mediante requerimento do autor, a proposição poderá retomar sua tramitação normal. Encerrado o prazo, aquelas proposições cuja retomada da tramitação não tenha sido requerida serão automaticamente arquivadas, em caráter permanente.

Assim, esta Presidência solicita que os Srs. Deputados interessados na retomada da tramitação observem que o prazo para a apresentação de requerimento com esse fim se encerra no dia 2 de maio de 2019, sendo passível de alteração caso haja mudança no calendário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tal como a decretação de pontos facultativos com datas posteriores.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos os Deputados e Deputadas pela presença, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h37min.)